



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

9º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

1 Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e nove, às nove horas e trinta
2 minutos, no auditório da Universidade do Estado do Pará, teve início a 9ª
3 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Na
4 Presidência da Reunião estava Sr. Rosemiro Salgado Canto Filho,
5 representando o Sr. Aníbal Pessoa Picanço, Presidente do CERH e o
6 Secretário Executivo do CERH, o Diretor de Recursos Hídricos Manoel
7 Imbiriba Júnior e no assessoramento da reunião estavam a Sra. Aline Meiguins
8 e o Sr. Willame Medeiros. Constavam os Conselheiros: Jorge Abílio Coutinho
9 Chaves da Secretaria de Estado de Integração Regional – **SEIR**; Sra. Telma
10 Oliveira da Secretaria de Estado de Transportes – **SETRAN**; João Weyl, da
11 Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – **SEDECT**; Joana
12 Ferreira da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional –
13 **SEDURB**; Thiago Oliveira da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura –
14 **SEPAq**; João Batista Marcelo de Lima da Companhia de Pesquisa de
15 Recursos Minerais – **CPRM**; Almério Dutra da Secretaria de Estado de Saúde
16 pública - **SESPA**; Marcelo da Silva Alves da Secretaria de Agricultura - **SAGRI**;
17 Eduardo de Castro Ribeiro Junior da Companhia de Saneamento do Pará -
18 **COSANPA**; Vera Maria Nobre Braz do Centro Universitário do Pará -
19 **CESUPA**; Solange Valadares do Consórcio de Desenvolvimento Sócio-
20 Econômico Intermunicipal – **CODESEI**; José Maria Lopes Oeiras do Centro de
21 Estudos e Práticas de Educação Popular – **CEPEPO**; José Alberto Colares
22 representando a Procuradoria Geral do Estado – **PGE**; Rita de Cássia Moreira
23 representando a Companhia Paraense de Turismo - **PARATUR**; O Sr.
24 Secretário Executivo Manoel Imbiriba Junior deu início a reunião indicando que
25 não houve justificativa de falta dos conselheiros que não estavam presentes.
26 Como a plenária foi aberta ao público estavam presentes também os
27 representantes das seguintes instituições: Associação Maná de Deus;
28 Sindicato dos Condôminos; Associação das Mulheres de Ananindeua;
29 Sindicato dos Pescadores; Intervenção Tucunduba; Fórum Barreiro; Fórum dos
30 Lagos; UBM Ananindeua; Colônia z-10; Associação Agro-ecológica e
31 agricultura familiar de Benevides; BPW Ananindeua; e MOPEPA; o Sr.
32 **Rosemiro Salgado Canto Filho** iniciou a reunião cumprimentando os
33 presentes, justificando a ausência do Presidente, que se encontrava
34 atendendo agenda de governo fora do país. Ao dar prosseguimento comenta o
35 assunto principal da pauta referente ao posicionamento do Conselho Estadual
36 de Recursos Hídricos sobre a Privatização do Sistema de Abastecimento de
37 Água de Belém; fazendo uma breve leitura do documento emitido pela
38 Prefeitura de Belém, que justifica o ato; enfatizando a necessidade do
39 posicionamento do CERH, na garantia do acesso a água para o abastecimento
40 público. O Sr. **Manoel Imbiriba Júnior** fez a seguir um breve resumo da
41 pauta e das principais discussões envolvidas; convidando para compor a mesa



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

9º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

42 o Conselheiro Eduardo Ribeiro, Presidente da COSANPA e o Dr. Ibraim José
43 das Mercês Rocha, da Procuradoria Geral do Estado. A seguir deu-se o
44 encaminhamento da pauta com a apresentação do Conselheiro Eduardo
45 Ribeiro; e do Sr. Ibraim José das Mercês Rocha. Finalizadas as apresentações
46 formais, iniciou-se a fase de perguntas, iniciada com o Sr. José Nazareno
47 Nogueira Lima, Presidente do SINDICON, que questionou sobre a
48 competência jurídica da questão, ao representante da Procuradoria Geral do
49 Estado, este explicou que a competência do saneamento é do município,
50 porém o que o Estado estava questionando era o não cumprimento dos termos
51 acordados entre ambos. O Conselheiro **Eduardo Ribeiro** complementou
52 ressaltando que o saneamento é usuário de recursos hídricos e que cerca de
53 86% das capitais do país são cobertas por sistemas estaduais. O Sr. **Manoel**
54 **Imbiriba Júnior** comentou que foi diretor no SAEBE por cinco anos, e abordou
55 de forma geral seu histórico e a missão da instituição, sobre sua transformação
56 em agência reguladora e da atual proposta apresentada pela Prefeitura,
57 questionando suas possíveis implicações tarifárias. Houve manifestações da
58 Sra. Maria José Bonfim Santos, do Conselheiro José Oeiras, do Sr. Domingos
59 Oliab, do Sr. Manoel Espírito Santo Bahia referente ao Fórum dos Lagos, do
60 Sr. Pedro Miranda do SINDPESCA relacionado à melhoria da qualidade de
61 água, do Sr. Edson Pojo e do Sr. Carlos Vilhena. O Conselheiro **Eduardo**
62 **Ribeiro** destacou os esforços da COSANPA em tentar reduzir os problema
63 relativos ao abastecimento de água de Belém, os problemas encontrados
64 relativos à arrecadação desigual no estado e as questões judiciais associadas
65 a possível transferência da concessão a uma empresa privada. Após as
66 argumentações foi colocada a discussão o texto da Moção elaborada pela
67 CTIL e apresentada pela Conselheira **Vera Braz**: "MOÇÃO Nº 002, DE 08 DE
68 SETEMBRO DE 2009. Recomenda sobre os usos múltiplos das águas,
69 referente aos sistemas de abastecimento de água e lançamento de esgoto em
70 corpos hídricos. O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS -
71 CERH, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela
72 Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 2.070, de
73 20 de fevereiro de 2006; Considerando, os princípios estabelecidos no artigo
74 1º da Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001, que tem por objeto as
75 águas superficiais, subterrâneas e meteóricas; Considerando, os objetivos
76 estabelecidos no artigo 2º da Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001;
77 Considerando que a água é um bem de domínio público; Considerando que a
78 gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das
79 águas; Considerando que são objetivos da Política Estadual de Recursos
80 Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade
81 de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a
82 utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

9º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

83 aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável. RESOLVE: Aprovar
84 Moção dirigida à Prefeitura Municipal de Belém para que seja atendido o
85 princípio dos usos múltiplos das águas naquilo que for relativo aos sistemas de
86 abastecimento de água e lançamento de esgoto em corpos hídricos, realizando
87 as seguintes medidas: I - integrar Belém como Região Metropolitana: em
88 função da necessidade de articular os serviços de saneamento (água, esgoto,
89 drenagem e resíduos sólidos) de forma conjunta, considerando os corpos
90 hídricos superficiais e subterrâneos de domínio estadual e a bacia hidrográfica
91 como unidade de referência; II - promover o uso racional do potencial dos
92 mananciais existentes, evitando a proliferação de perfuração de poços para
93 uso da água subterrânea; III - implantar o disposto no Plano Diretor Urbano do
94 município: prevendo a relação entre a expansão da rede, o ordenamento
95 territorial e a bacia hidrográfica como unidade de referência; IV - implantar
96 instrumentos que garantam o acesso à água potável a população de baixa
97 renda, como por exemplo, a tarifa social, bolsa ou outros subsídios; V -
98 considerar os direitos e responsabilidades dos usuários (concessionárias de
99 abastecimento de água e da rede coletora de esgotos) no relativo a solução
100 conjunta da coleta, tratamento e lançamento dos esgotos urbanos: estes são a
101 principal fonte poluidora dos recursos hídricos, comprometendo seus outros
102 possíveis usos, como navegação, irrigação, pesca e lazer, além do próprio
103 abastecimento de água dos municípios a jusante.” O texto foi posto em
104 votação e foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. Nos
105 Informes Gerais o Conselheiro José Oeiras demandou por mais duas
106 indicações para a “Oficina com representantes dos Conselhos Estaduais de
107 Recursos Hídricos e dos Órgão Gestores Estaduais de Recursos Hídricos,
108 ficando como representantes do CERH: titulares - José Oeiras e Manoel
109 Imbiriba; e suplentes Solange Valadares e Jorge Abílio. Disto isto, deu-se por
110 encerrada a reunião, às doze horas.